

Declaração Política sobre a “COP 22 - Por um novo paradigma energético”, na Assembleia Municipal de Lisboa 15 de Novembro de 2016

Havendo uma sessão de declarações políticas enquanto decorre a COP 22 em Marraquexe, Os Verdes não poderiam deixar de abordar a questão das alterações climáticas. É uma matéria que temos trazido a esta Assembleia com frequência, contudo, está longe de estar esgotada.

Por um lado, já há muito tempo se chegou a consenso quanto às alterações climáticas e ao perigo que representam. Mas por outro lado, faltam ainda medidas sérias e vinculativas e uma mudança a sério.

O ano passado, na COP 21, chegou-se finalmente a um acordo sobre o clima, o Acordo de Paris. Foi um passo positivo e importante, principalmente face aos fracassos e impasses de negociações anteriores, e porque mostrou que há uma perceção e um compromisso a nível mundial, sendo necessário o empenho por parte de todos no combate às alterações climáticas. Por exemplo, os Estados Unidos da América, o maior emissor de gases com efeito de estufa per capita - que tinham ficado de fora do Protocolo de Quioto, desta vez, assinaram o Acordo de Paris.

Mas é preciso ir mais longe, porque o que o Acordo estabelece é ainda, na nossa perspectiva, frágil, porque as metas não são vinculativas e porque não estão estabelecidas condições de cumprimento dessas metas, mesmo não sendo vinculativas. É também frágil porque há uma continuidade do mercado de carbono, que não garante, como já está provado, a redução efectiva dos gases com efeito de estufa.

Perante o fenómeno das alterações climáticas, se não forem tomadas medidas adequadas, haverá uma subida significativa do nível dos mares e uma intensificação dos extremos climáticos, atingindo, fundamentalmente, as zonas mais vulneráveis do planeta, o que significa que poderemos ter vagas de refugiados em número muito significativo devido a problemas ambientais graves.

Importa alertar que 2015 foi o ano mais quente desde que há registos e 2016 será ainda pior. Assim, 2016 será mesmo o ano mais quente desde que há registos, ou seja, desde 1880. Desde a última cimeira do clima, há um ano, todos os meses foram o mês mais quente.

Deixamos ainda mais alguns dados, indicadores importantes de alterações climáticas. A extensão de gelo no Ártico cobre hoje menos 40% da superfície do que cobria no final de 1970. Estima-se que a quebra seja de 13,4% a cada década.

E é por tudo isto que a COP 22 assume especial importância. Não podemos correr o risco de o Acordo de Paris se tornar num novo Protocolo de Quioto. É preciso dar passos maiores e mais firmes. A COP 22 deve ser a COP da acção, porque o tempo é de agir e já passaram muitos anos a desperdiçar oportunidades.

Partido Ecologista “Os Verdes”

Perante isto, todos somos chamados a agir e a verdade é que até há planos e algumas estratégias, mas falta uma mudança séria, falta uma política climática coerente. Por exemplo, trabalhar com vista ao Acordo de Paris a nível mundial e, depois, continuar a haver um subsídio ao combustível fóssil é uma verdadeira incongruência. Não se pode caminhar nos dois sentidos ao mesmo tempo.

Falando em incongruências, também em Portugal, quando estamos na era da descarbonização, temos a questão dos projectos para prospecção e exploração de petróleo, que devem ser travados, e que são absolutamente contraditórios com o espírito do Acordo de Paris e com o que o Planeta precisa.

É preciso reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera, mudar os modelos de desenvolvimento reduzindo consumos, promovendo a produção local e reduzindo o transporte de mercadorias de longa distância, promover a transição gradual dos combustíveis fósseis e promover a oferta de transportes colectivos, com gestão pública estatal como alternativa ao carro particular.

E chegamos a um ponto crucial do combate às alterações climáticas: o sector dos transportes. E a verdade é que apesar do peso que tem este sector, não lhe tem sido atribuída a devida relevância. O transporte individual tem contribuído grandemente, nos últimos anos, para a emissão de gases com efeito de estufa.

Tem de haver, nos movimentos pendulares, uma inversão relativamente ao uso da viatura individual, priorizando-se a preferência pela mobilidade colectiva. E tem havido pouco empenho e poucas medidas eficazes nesse sentido.

Os Verdes continuam a considerar que os títulos de transporte e a oferta que o transporte dá são respostas fundamentais para que o cidadão seja cativado pela mobilidade colectiva.

E é exactamente por isso, atendendo ao cumprimento efectivo do direito à mobilidade e ao combate eficaz às alterações climáticas, que Os Verdes têm propostas no âmbito do Orçamento de Estado para 2017 para concretizar esses objectivos, como a dedução dos passes no IRS e a redução do preço dos passes para estudantes.

É preciso um novo paradigma energético que respeite os cidadãos e a natureza, e é aqui que as políticas nacionais e locais assumem uma grande importância e podem fazer a diferença, até porque na própria COP 22, o papel das cidades tem sido destacado na construção de um futuro sustentável. E uma coisa é certa, uma cidade que não tenha uma rede de transportes colectivos eficaz, nunca será uma cidade que está a contribuir para a redução dos Gases com Efeito de Estufa.

Os Verdes já aqui trouxeram inúmeras vezes a questão dos transportes colectivos e continuaremos a trazê-la até que a mobilidade colectiva seja uma realidade. E neste momento ainda estamos longe, muito longe.

E se, por um lado, reconhecemos que há um conjunto de medidas com vista ao combate às alterações climáticas, por outro, enquanto Lisboa não for uma cidade amiga da mobilidade colectiva, nada vai mudar!

E é aqui que Lisboa pode e deve fazer a diferença, dando o seu contributo sério para o combate às alterações climáticas, e garantindo a implementação de um modelo sustentável global e justo, a nível ambiental, social e económico.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”